

# Polêmica marca

Cidade

Jornal de Brasília

# despoluição do Paranoá

Angela Drummond

O convênio firmado entre a Seplan e o GDF para viabilizar o projeto de despoluição do Paranoá, reabriu uma velha polêmica entre os conservacionistas e os processos de saneamento da Caesb.

Em vias de execução, o projeto que prevê a instalação de tubulações — condutores e interceptores — em toda a extensão do Paranoá, atravessando a superfície até as estações de tratamento de esgoto, duas existentes, em princípio parece que será feito sem levar em conta o relatório de uma comissão instituída pelo governador José Aparecido de Oliveira no último ano. Esta comissão estava formada pelo secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães, pelo atual ministro da Saúde, Roberto Santos, então presidente do CNPq, e por Benjamin Sicsu, como conselheiro da Caesb entre outros.

A Comissão sugeriu que fossem realizados estudos sobre a eficácia das estações de tratamento e a necessidade de descentralização com a construção de estações menores junto aos locais de maior incidência de despejos de esgotos, além da melhoria das existentes. A solução seria menos onerosa e mais prática, já que a proposta anterior inclui um longo percurso a ser percorrido pelos esgotos em canos em declive — correndo contra a corrente — em função da formação do terreno, sendo constantemente bombeados até as estações de tratamento.

«Este trabalho foi simplesmente ignorado», afirmou Benjamin

Sicsu, e a Caesb contratou uma outra comissão técnica para elaborar um novo relatório, que apresentou algumas constatações sobre o óbvio — problemas do Paranoá inúmeras vezes repetidos — e uma única sugestão razoável: «A substituição do sistema de ar difuso, com equipamentos importados pelo sistema de viração mecânica, mais moderno, menos oneroso e com tecnologia nacional, que também não foi aceita», comentou Sicsu.

«Desta forma — prosseguiu — o convênio celebrado colocará em execução um projeto obsoleto, elaborado em 77 pelo engenheiro Jaimes Laing Barnard, da África do Sul — um dos membros da comissão que elaborou o segundo relatório — que previa o tratamento de esgotos de uma população de 712 mil habitantes, que, atualmente, é superior a 800 mil.

Além disso, Benjamin Sicsu acrescentou que o projeto não leva em conta novas formas de poluição que atingem atualmente o Paranoá, como os agrotóxicos das regiões agrouurbanas e de práticas agrícolas que contaminam diariamente os riachos que desaguam no lago, principalmente no lado sul como o ribeirão do Gama e o Riacho Fundo, trazendo resíduos do Núcleo Bandeirante e de Vargem Bonita.

Sugestões alternativas como controles biológicos e solo filtrado, com a plantação de arroz e similares nas margens do Paranoá, filtros naturais, ainda não foram implementados e poderiam constituir opções positivas no processo de despoluição.